

A FESTA DAS NEVES: uma reflexão sobre o capital social no comércio ambulante de João Pessoa, Paraíba

GUILHERME, FRANCINETE DA SILVA
ENDRES, ANA VALERIA
PAKMAN, ELBIO TROCCOLI

INTRODUÇÃO

É fácil simpatizar e se afeiçoar pelas festas populares, pois as histórias por trás de suas origens e motivações tocam profundamente as pessoas. Muitas vezes elas são principiadas por um cunho religioso, e com o tempo crescem, ganham popularidade e alcançam novos públicos, amiúde se desviando dos objetivos iniciais por trás de suas origens.

As festas populares fazem grande sucesso pelo Brasil afora e são muito apreciadas nos dias de hoje, por isto diversas cidades investem nelas com o objetivo de, além de saciarem a fé popular nos objetos de adoração em questão, buscam também certo retorno financeiro a fim de melhorar a qualidade de vida de sua população. Frequentemente estas festividades e todo o lado lúdico e profano que as envolvem acaba por intensificar sua popularidade que “viaja” para além das fronteiras da cidade na qual é realizada. Pessoas das mais diversas procedências ficam curiosas e vão conhecer a referida comemoração, e isso vai se repetindo ano após ano até ficar regionalmente conhecida, como é o caso de festas como o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, em Belém do Pará, que movimentam um enorme fluxo de pessoas, dinheiro e fé.

Não tão grandiosa como o exemplo anterior é a Festa de Nossa Senhora das Neves, realizada na cidade e capital paraibana de João Pessoa, que já desde sua fundação incluía em seu nome “Nossa Senhora das Neves”, primeiro como Cidade Real, em 1585, e logo após como Filipéia de Nossa Senhora das Neves, em 1588. A capital da Paraíba, com agradável litoral, tem como ponto forte o turismo de sol e mar, e já é bem conhecida por esse atributo. Porém, não se limita a este segmento, pois possui também potencial para desenvolver o turismo cultural em seu viés religioso, devido a seu rico patrimônio material, expresso nas edificações sacras da época de sua fundação, e imaterial, constituído pela Romaria da Penha e pela Festa das Neves, ambas as manifestações com forte apego popular.

A Festa das Neves, objeto deste estudo, é realizada todos os anos e movimentada a cidade como um todo: comerciantes, religiosos, fiéis, grupos culturais, além dos típicos festeiros, o que leva a se questionar, primeiramente, sobre o quanto isso repercute, de fato, no desenvolvimento local. Afinal, a festa tem sua importância econômica, a partir do momento em que, do lado da oferta, mobiliza comerciantes e ambulantes que veem nela uma possibilidade de melhorar sua renda, bem como, do lado da demanda, entusiasma consumidores pelo produto oferecido, tanto moradores locais quanto turistas.

O pressuposto deste estudo é que a efetividade do retorno econômico para a comunidade só pode ser alcançada pela eficácia de sua organização, o que leva a buscar entender como a festa é estruturada, quem são seus atores e de que forma estes participam do processo que envolve seu planejamento e execução. Os que se destacam, na análise em

questão, são: a Paroquia de Nossa Senhora das Neves, que tem como responsabilidade tratar do aspecto religioso da festa; a Fundação Cultural de João Pessoa – FUNJOPE, pelas atrações do lado profano; e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDURB, pela organização física do espaço ocupado por ambos.

No ano de 2016 houve a intervenção do Ministério Público Federal por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta para que houvesse cuidado no usufruto do espaço disponibilizado, já que a festa se realiza em pleno Centro Histórico da capital em meio a edificações tombadas. O documento causou comoção por parte dos ambulantes nos dias que antecederam a festa, que afrontaram as regras determinadas, primeiro em confronto aberto com os entes públicos na rua e depois pela via judicial por meio da Associação de Ambulantes de João Pessoa. Esta situação faz pensar também em até que ponto o planejamento da festa propicia e agrega uma participação mais efetiva das organizações representativas do comércio ambulante, principal setor a auferir lucros.

Tanto as discussões sobre a gestão participativa do evento, juntamente com a importância econômica que o envolve, orientam esta discussão na direção das bases teóricas do capital social, entendido como a sinergia entre atores, em um dado contexto, que propicia a geração de um capital mobilizado pela própria coletividade, fundamentado na confiança e cooperação mútua. Com isso surge outro questionamento: qual a participação da comunidade local, ou seja, particularmente dos ambulantes, na organização e execução da Festa das Neves, e quanto isso repercute, em termos de capital social, para o desenvolvimento local?

Obviamente, trata-se de um objeto de estudo que suscita interesse e demanda muitas reflexões. Daí que o objetivo deste capítulo seja examinar a participação dos ambulantes na organização e execução da Festa das Neves e em que medida esta participação se traduz num capital social que pode alavancar o desenvolvimento local.

METODOLOGIA

No presente trabalho foi utilizada a proposta metodológica de pesquisa qualitativa e quantitativa, nas modalidades de pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

Foram realizadas entrevistas com representantes das entidades envolvidas na festa, tais como o coordenador da FUNJOPE, representante da SEDURB, representante da Associação dos Ambulantes e o representante da Igreja Nossa Senhora das Neves. No momento destas entrevistas foram coletados documentos sobre a história da festa, memorandos e ofícios que subsidiaram a montagem da pesquisa. Outras instituições também foram procuradas, como a Secretaria Municipal de Turismo de João Pessoa – SETUR, para dar subsídios estatísticos ao estudo. Também foram realizadas entrevistas durante a festa com 22 barraqueiros ambulantes, escolhidos aleatoriamente nas edições festivas de 2015 e 2016.

Uma versão preliminar deste texto foi elaborada a partir do relatório de pesquisa do Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC (2014/15) e do trabalho de conclusão de curso apresentado em

2016 por uma coautora do presente artigo (GUILHERME, 2016), que depois teve numerosas revisões e modificações.

Do início da Festa das Neves à definição de sua organização em 1980

Festas populares religiosas costumam homenagear o santo padroeiro da cidade, e no caso da capital paraibana não é diferente. Segundo Silva e Silva, na cidade de João Pessoa no período de sua fundação não existiam opções de lazer e diversão, então “o tempo sagrado da Festa das Neves era revestido de grande importância” (2013, p.176), pois também servia de atrativo para movimentar a vida urbana da cidade. Assim, o evento tinha o objetivo de “assegurar a identidade do homem religioso a fim de que sua religiosidade pudesse ser manifestada por meio de uma festa popular” (SILVA e SILVA, 2013, p. 177).

Especula-se que por volta dos últimos anos do século XVI já ocorriam manifestações em volta da igreja. Os espetáculos eram produzidos na maioria dos casos pelos índios, enquanto os fidalgos e as autoridades eclesiásticas ficavam apenas como espectadores (LEAL, 1992). Mas o mais certo é que sua origem está diretamente ligada à fundação da Igreja de Nossa Senhora das Neves, que teve o início de sua construção no ano de 1586.

Assim que a igreja foi construída começa-se a perceber as primeiras manifestações em homenagem à Nossa Senhora das Neves, entretanto, neste primeiro momento havia apenas uma procissão e por alguns dias eram realizadas missas especiais, em homenagem à Virgem Santa, onde o povo manifestava a sua fé e adoração (LOUREIRO, 2004, p. 6).

Leal (1992) conta que durante os séculos XVII e XVIII não houve crescimento em relação às comemorações, e isso por vários motivos, tais como desigualdades sociais, recursos financeiros escassos e os constantes conflitos entre índios, franceses e holandeses. Estes grupos, ao conseguir tomar o controle da Paraíba, causaram o quase desaparecimento completo da festa. O autor ainda afirma que só a partir dos anos de 1850 foi que a Festa das Neves ressurgiu e adquiriu também uma dimensão profana, isso devido à consolidação das instituições e dos traços culturais, tornando-se assim o maior evento paraibano. Para este autor, foi apenas no final do século XIX que a festa se firmou, sendo que para isso contou com dois fatos muito importantes: abertura dos trabalhos legislativos e um melhor ordenamento do seu espaço físico.

Por outro lado, Loureiro (2004) acrescenta que a chegada da energia elétrica no início do século XX contribuiu para ampliar o lado profano da festa, pois teria enriquecido a decoração, enfeitando e iluminando as ruas da cidade. Nesta época a festa era movimentada pelos bailes e concursos que eram promovidos, nos quais as inspirações europeias aparecem com clareza.

A Festa das Neves era um acontecimento mais das elites. O povo ocupava um espaço subalterno. É oportuno se lembrar que essa distinção social era ainda mais acentuada no interior do templo. Ali, o povão ficava na parte final, onde o chão era coberto com esteira de carnaúba, enquanto as pessoas de posse iam para próximo ao altar e se ajoelhavam em tapetes ou cadeiras acetinadas. (LEAL, 1992, p. 21)

Leal relata ainda que nos anos de 1980 a festa cresceu extraordinariamente, atingindo novas ruas e obtendo várias melhorias, contudo já sem o interesse das classes mais ricas, fazendo com que a

festa se tornasse algo mais voltado para as classes menos privilegiadas. Esta popularização do lado profano da festa com o passar dos anos teria começado a desagradar às autoridades religiosas, que acreditavam que este estava sendo mais importante do que a parte religiosa. Dentro deste contexto, nos últimos anos da década não houve a realização da parte religiosa da festa por conflitos entre aqueles que a organizavam. Diz Leal (1992, p. 65) que “(...) tudo teve início com uma briga entre militares, maçons, comerciantes e a principal autoridade eclesiásticas paraibana”.

Diante da falta de acordo entre os organizadores à época, o Vigário da Catedral, Cônego Francisco de Assis Albuquerque, agindo conforme as ordens do Bispo, teria exigido que a Matriz-Catedral fosse enfeitada, na tentativa de manter, a todo o custo, a atenção do fiéis na religiosidade, no que chamava de recristianização. Contudo, narra Leal que, devido às ações dos maçons e de algumas campanhas de certos jornais chamados de anticlericais, as festividades profanas foram as maiores realizadas até aquele momento, enquanto a igreja não recebia a decoração nem a atenção necessárias. Todo este movimento teria causado revolta, não apenas nas autoridades religiosas, mas também nos fiéis e em parte da mídia local.

Minimizadas os conflitos, no ano de 1989, o Bispo paraibano estabeleceu uma nova regra para retomar a organização da Festa, na qual apenas poderiam integrar as comissões da Festa das Neves “os verdadeiros católicos (...) obedientes às legítimas prescrições da autoridade diocesana” (LEAL, 1992, p. 66). Apesar dos conflitos, em 1990 a festa acontece dentro dos princípios da Igreja, como continua a ser até hoje (Silva e Silva, 2013).

A organização da Festa das Neves na atualidade

A Festa das Neves, nos anos de 2015 e 2016, manteve a estrutura de organização dos anos pós-1990, sendo o aspecto religioso de responsabilidade da Igreja de Nossa Senhora das Neves e o lado profano por conta da FUNJOPE e da SEDURB, enquanto representantes do setor público. Essas organizações buscam trabalhar em conjunto para a organização da festa e o fazem por meio de diferentes reuniões que antecedem o evento. Contudo são reuniões geralmente limitadas aos aspectos técnicos, que não conseguem produzir a necessária interação entre os setores públicos, a Igreja e os representantes do setor privado, como se verá mais adiante.

A Igreja Nossa Senhora das Neves organiza a parte religiosa, que consiste em um novenário, com a liturgia do referido ano já estabelecida pela Igreja Católica, que começa sempre no dia 27 de julho e vai até o dia 5 de agosto, quando é celebrado o dia de Nossa Senhora das Neves. As festividades começam a ser organizadas no final de junho, quando o Cônego local seleciona os celebrantes, aponta o tema que será trabalhado no novenário e programa os atendimentos, batizados e a primeira eucaristia. Nos últimos 30 dias que antecedem o início da festa é montado um conselho executivo com 26 pessoas, das mais atuantes e participantes dentro da comunidade religiosa, para dar andamento a estes preparativos. Segundo o Cônego que estava à frente da Paróquia até o momento da pesquisa, as celebrações religiosas movimentam

diretamente cerca de 300 pessoas por noite, enquanto que a procissão realizada no último dia congrega de 8 a 10 mil pessoas.

No que diz respeito à parte profana da festa, tanto a FUNJOPE quanto a SEDURB adotam ações que buscam dar conta das especificidades de suas funções. A parte cultural é planejada desde 1995 pela FUNJOPE, e sua preparação começa 30 dias antes do seu início, por volta do final de junho para começos de julho. A seleção dos grupos/projetos culturais a se apresentarem é feita através de uma inscrição e de um cadastro, sendo um dos requisitos que o grupo precisa possuir características que traduzam o “espírito da festa”, segundo afirma o representante deste órgão público. Apesar da subjetividade na seleção dos contemplados, a única restrição é que os grupos sejam da Paraíba, não sendo necessariamente da cidade de João Pessoa.

Já o ordenamento físico no qual transcorrem as festividades religiosas e profanas fica por conta da SEDURB. Esta secretaria, para a edição de 2016, lançou no dia 1 de julho o edital público nº 03/2016, referente às diretrizes para o cadastramento dos comerciantes e ambulantes, que deveriam realizá-lo em um prazo de três dias. Os documentos exigidos eram: documento de identidade, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, comprovante de residência atualizado, e principalmente, certidão negativa de tributos municipais. Para usufruir o direito ao uso do solo, os comerciantes também teriam que pagar uma taxa, baseada na Unidade Fiscal de Referência – UFIR, variável de acordo com o tamanho da área ocupada. O valor da UFIR não é fixo, porém os valores utilizados no período da Festa, já convertidos em reais, foram de $3\text{m}^2 = \text{R}\$18,00$, $9\text{m}^2 = \text{R}\$48,00$ e $12\text{m}^2 =$

R\$65,00, ou seja, aproximadamente R\$ 5,50 por metro quadrado, patamar quase igual para as três categorias, preços ao alcance até daqueles com menos condições.

Atendendo o disposto no edital, um sorteio foi feito no dia 20 de julho de 2016 para determinar quem ocuparia qual área, oportunidade quando também teve lugar a assinatura de um Termo de Compromisso sobre os locais onde poderiam, ou não, ser instaladas as barracas, bem como a definição das palestras dos Bombeiros e da Vigilância Sanitária sobre as exigências a serem cumpridas. Segundo a programação, no dia 31 de julho, durante a montagem das barracas, haveria a entrega dos crachás de identificação (porém durante a realização da festa, nos anos de 2015 e 2016, foi observado que nenhum dos barraqueiros instalados os portava). Em relação ao número de comerciantes que poderiam ser cadastrados, foi oferecido um total de 200 vagas, distribuídas em diferentes atividades.

No dia 12 de julho de 2016, foi lançado pela SEDURB o edital nº 04/2016 para o cadastramento dos parques de diversão. O cadastramento foi feito de acordo com o edital, nos dias 13 a 18 do mesmo mês. Os documentos necessários eram cópias do RG (Registro Geral), CPF (Cadastro de Pessoa Física), comprovante de residência atualizado, inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, contrato social, certidão negativa de tributos municipais, certificado do Corpo de Bombeiros, Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, do

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba – CREA-PB e fotos dos brinquedos.

De acordo com as informações passadas pela SEDURB, o total de parques que atuaram na festa foi sete, todos oriundos da cidade de João Pessoa: Parque Nossa Senhora de Lourdes, Parque Minha Vida, Parque de Diversão Peixoto, Parque Bela Vista, Parque Nossa Senhora do Carmo, Parque Progresso e Parque de Diversão Grupo Sapecão.

Nas pesquisas realizadas, até a véspera da festa em 2016, não havia sido mencionada, por qualquer um dos entrevistados, a presença de representantes das associações do comércio ambulante, tais como a Associação dos Ambulantes e Trabalhadores em Geral da Paraíba – AMEG e da Associação dos Trabalhadores no Comércio Ambulante e Feirantes da cidade de João Pessoa – ASSTRAM-JP, no planejamento e na organização do evento. Foi só no contexto das ações propiciadas pelo Ministério Público da Paraíba para ajustamento de algumas ações de planejamento da festa, que o papel de uma das associações ficou evidenciado.

O Termo de Ajuste de Conduta – TAC, proposto pela Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Social da capital, trouxe mudanças em relação à instalação de equipamentos pesados e barracas no Centro Histórico de João Pessoa. Foi sancionado pelo Ministério Público Estadual de acordo com a audiência pública realizada no dia 18 de abril de 2016 e tinha como finalidade, de acordo com o próprio documento:

...visando, pelos princípios da **precaução** e da **prevenção**, assegurar a livre manifestação da CULTURA POPULAR – consistente, no caso, na realização dos folguedos profanos da FESTA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES, Padroeira de João Pessoa/PB e, ao mesmo tempo, preservar o AMBIENTE URBANO E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO, cumprindo as disposições constitucionais e infraconstitucionais específicas, especialmente quanto à ocupação de áreas públicas integrantes do CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA/PB por equipamentos de comércio e de lazer que, sem o controle prévio e concomitante de Poder Público, poderão acarretar graves e irrecuperáveis danos ao PATRIMÔNIO HISTÓRICO, indesejáveis perturbações ao tráfego de veículos e negativas consequências à SAÚDE PÚBLICA. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2016, p. 1-2).

O Termo foi assinado por representantes da Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP, da FUNJOPE, da SEDURB, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, do Instituto de Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN e da Superintendência de Mobilidade Urbana – SEMOB. Apesar de não constar no documento, o site do Ministério Público faz menção também às presenças da Empresa Municipal de Limpeza Urbana – EMLUR, do Corpo de Bombeiros e da Arquidiocese da Paraíba.

Esta prática de elaborar um TAC antes de cada evento vem sendo seguida há anos, mas o texto nem sempre é aprimorado de uma edição para outra, como foi na Festa 2017, que reproduz *ipsi literis* o texto da Festa 2016. De acordo com a promotoria do MP, em matéria publicada em 17 de julho de 2017:

O TAC foi assinado dentro do maior consenso, da maior consciência tanto no que diz respeito à questão jurídica como à questão essencialmente de preocupação, que é a preservação do patrimônio histórico e cultural, já que as comemorações acontecem num cenário que é uma zona especial de preservação. Com essas medidas, aprimoramos o conhecimento, inclusive por parte dos comerciantes e de quem participa da festa, sobre a questão do ideal e do compromisso de preservar o patrimônio histórico e o meio ambiente (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017).

O TAC apresenta um total de 17 cláusulas que dispõem sobre as condições para a correta realização da festividade. Nela constam os direcionamentos em relação aos posicionamentos das barracas, brinquedos, banheiros, montagem do palco do show, horários de início e término das atividades, prazos para desmontagem e limpeza do local, e multas caso as normas não sejam cumpridas.

As cláusulas 8^a, 9^a e 11^a do documento propõem um ordenamento na distribuição das barracas e brinquedos ao longo de três avenidas e sete ruas do centro da capital. Na décima sexta cláusula está presente a punição pelo descumprimento das normas apresentadas no Termo. A punição é feita através do pagamento de uma multa direcionada ao Fundo Estadual de Proteção ao Meio Ambiente – FEPAMA, no valor de R\$ 100.000,00. Tudo com o intuito de um planejamento sustentável e de evitar problemas reiterados acontecidos em edições anteriores do evento.

Apesar da existência do Termo, na última edição da festa estudada por este trabalho, uma confusão foi gerada pela desmontagem forçada de 12 barracas antes do evento, conforme verificado na pesquisa

de campo. Segundo noticiou o G1 Paraíba, os agentes retiraram as barracas porque as mesmas estavam em uma área proibida de acordo com a TAC 2016. Em reportagem o vice-presidente da Associação dos Ambulantes, alega que os ambulantes haviam pago a taxa de ocupação do solo e que receberam autorização para a instalação. (G1 PARAÍBA, 2016). No entanto, a SEDURB afirmou que os comerciantes receberam autorização para se instalar, porém exclusivamente nos pontos permitidos, organizados e distribuídos pelos comerciantes por meio de um sorteio. Em entrevista, a técnica em operações deste órgão informou que todos os comerciantes tinham ciência sobre os locais permitidos, já que no dia do sorteio foram mostrados em um mapa os locais sorteados para cada um. Porém, nenhum documento formal foi feito e assinado pelos participantes sobre os pontos proibidos, pois segundo a entrevistada, a localização dos espaços foi feita diretamente sobre o mapa da cidade com a anuência dos comerciantes.

A 14ª cláusula do TAC deixa claro que era de responsabilidade da SEDURB fiscalizar os serviços prestados e assegurar que os termos do documento fossem cumpridos. Porém, de acordo com informações passadas pela própria Secretaria, os agentes não estavam no local na hora da montagem das barracas. Só foi mobilizada uma equipe para ir ao local quando a SEDURB tomou conhecimento da irregularidade na instalação das mesmas. Os agentes da Secretaria chegaram ao local na madrugada do dia 2 de agosto – cinco dias após a montagem – para desmontar as barracas e com isso a mencionada confusão formou-se.

Diante da ação dos agentes da SEDURB, os representantes da AMEG entraram com um pedido judicial para que as barracas pudessem

ser remontadas. A Justiça deu ganho de causa à Associação, pois o juiz teria entendido que os barraqueiros não estavam causando danos aos prédios do Centro Histórico. Então, os comerciantes voltaram a montar suas barracas nos mesmos locais.

Por seu turno, o padre responsável pela Igreja Nossa Senhora das Neves, em entrevista, afirmou concordar com as medidas propostas pela TAC, ressaltando não achar ideal a execução da Festa das Neves em frente à Praça Dom Adauto e ao Palácio do Bispo, pois o movimento causado pela comercialização de produtos naquela área atrapalhava a procissão.

Desta forma, ao contrário do declarado pelo promotor em relação ao Termo de Ajustamento de Conduta, nem o TAC foi assinado no maior consenso nem houve o aprimoramento do conhecimento por parte dos comerciantes sobre a existência do documento, já que em nenhum momento foi verificada a presença das associações representativas dos ambulantes neste processo. Esta também não foi registrada nas reuniões feitas pela SEDURB e, ao ser questionado ao respeito, o vice-presidente da AMEG informou que a associação não fora informada em momento algum sobre as reuniões.

No desenvolver da pesquisa, as duas associações indicadas como responsáveis pelos ambulantes foram difíceis de ser encontradas, já que seus endereços que constam na internet e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ estavam desatualizados e nem mesmo os funcionários da SEDURB sabiam informar a localização das sedes dessas associações. Apesar das dificuldades, no contato com a AMEG e após expostos os objetivos da pesquisa, a associação declarou-se ativa no

propósito de representar seus associados. O mesmo aconteceu com a ASSTRAM-JP. Porém, deve ser ressaltado que os mecanismos expressos pelos editais que selecionam os comerciantes não impõem uma participação mais ativa das associações, já que o edital é aberto e disponível diretamente a qualquer pessoa física ou jurídica que queira atuar na festa.

A Festa das Neves e o capital social

O conceito de capital social, como é habitual nas teorias, é objeto de diversas controvérsias, mas todas suas formulações possuem como denominador comum a convicção do potencial da sociedade civil em contribuir para o desenvolvimento de uma localidade. O conceito propriamente dito de capital social é muito vasto e abrange áreas bem complexas e varia conforme o pensamento e o objeto de estudo de cada autor (FREY, 2003; HIGGINS, S. S, 2005; BAQUERO, 2006; BORBA J., SILVA, 2006; BOCK, I. A. A.; MACKE, J., 2014; NUNES, M.R.O.; SANTOS, K. M.; AZEVEDO, F. F, 2014; ENDRES, 2015).

Fernandes (2002, p. 377) define capital social como sendo “um conjunto de laços e normas de confiança e reciprocidade contidos numa comunidade que facilitam a produção de capital físico e capital humano”. Putnam, Leonardi e Nanetti (2006) também consideram a confiança como uma das características específicas do capital social, juntamente com as normas e as cadeias de relações sociais, chegando a afirmar que “a confiança é um componente básico do capital social” (PUTNAM, LEONARDI & NANETTI, 2006, p. 180).

Neste mesmo sentido Ferrarezi (2003) e Endres (2015) alegam que quanto maior for o nível de confiança maior será a cooperação, o que por sua vez resultaria em uma confiança mais sólida. É um círculo virtuoso em que seus componentes vão se realimentando a partir das redes que se constituem a partir dos elos entre os atores. Assim, as redes de relações são importantes por gerar, disseminar e transmitir confiança em situações específicas.

As discussões em torno da confiança, cooperação e redes, também é abordada por Granovetter (2003), para quem as relações sociais produzem mais confiança na vida econômica do que os dispositivos institucionais vigentes ou mesmo a moral generalizada. Ele defende a ideia de que os comportamentos estão enraizados nas estruturas das redes de relações interpessoais.

A base desta percepção se dá a partir das discussões preconizadas por Coleman (1998), o qual pioneiramente desenvolveu uma visão mais estrutural na conceituação do capital social, que desde os anos 60 tem obtido ampla aceitação e que condiz com os objetivos do presente trabalho. Da mesma forma, Fialho (2003) aponta, seguindo os passos de Coleman, que o capital social é uma característica pertencente à estrutura das relações entre pessoas:

Como o capital social não concentra-se no indivíduo, mas é uma característica da estrutura do grupo, não é um indivíduo apenas dentro de um grupo que possui capital social e, portanto, pode utilizar os recursos dos demais membros em seu benefício: o capital social pertence ao *grupo*, e assim qualquer membro tem meios de mobilizar o grupo quando necessário (FIALHO, 2003, p. 4).

Assim, entende-se aqui que o capital social não é proveniente ou manifestação de um indivíduo, mas sim de uma coletividade, ou seja, das conexões que cada pessoa tem dentro de uma rede de relacionamentos. A este capital humano, gerado por um único indivíduo, soma-se aquele gerado pela mobilização de cada um dos outros indivíduos da coletividade dada, e esse capital resultante é chamado de capital social. É sob esta perspectiva de capital social que se observa aqui de que modo o processo de gestão da Festa das Neves, que mobiliza uma série de atores em seu planejamento, repercute em benefícios para a comunidade de ambulantes que dela se apropria.

Autores como Putnam, Leonardi e Nanetti (2006) partem do princípio que uma das condições básicas para a geração de capital social é o nível de informação da população. Quanto maior o nível de informação maior deveria ser o nível de comprometimento com as regras impostas, o que por sua vez caracterizaria o grau de civismo de um povo e, quanto maior o nível de civismo maior seria o grau de capital social.

Basicamente, de modo a inferir sobre a realidade dos comerciantes que trabalham na Festa das Neves, foi perguntado aos comerciantes se estes tentavam manter-se atualizados sobre as notícias da Paraíba e do Brasil e com que frequência procuravam ficar informados. Dos entrevistados, 86% disseram que assistiam os jornais televisivos locais e nacionais diariamente, enquanto 7% responderam que procuravam se informar dos acontecimentos entre 3 e 5 vezes por semana, enquanto os outros 7% apenas 1 ou 2 vezes por semana. Quando foram solicitados a responder sobre como eles obtinham

informações específicas de como poderiam atuar na festa ou quando necessitavam de alguma informação ou mesmo sanar dúvidas sobre os procedimentos da organização, 26% dos entrevistados informaram que procuravam a SEDURB e 66% informaram que iam à PMJP, mas não sabiam dizer o nome específico do setor ao qual se dirigiam. Apenas 7% disseram buscar informações na Associação dos Ambulantes e nos noticiários. Este último número, pouco expressivo, reflete uma prática associativa muito tímida por parte dos comerciantes entrevistados.

O pouco alcance da participação é preocupante, pois nas palavras de Cremonese (2006, p. 96) “quanto maior a participação dos indivíduos em associações comunitárias, com a valorização das normas e regras democráticas, maior a contribuição positiva para o funcionamento e a consolidação da democracia” e da vida em sociedade.

Contudo, quando se perguntou aos ambulantes, especificamente, se eram vinculados a alguma associação, 47% dos respondentes afirmaram existir uma associação, a AMEG, no entanto, mesmo essas pessoas tendo conhecimento da associação, todas declararam não ser associadas à mesma. 53% dos entrevistados também disseram acreditar que não existia qualquer organização que os representasse no planejamento da Festa. Além disto, durante a aplicação dos questionários descobriu-se que a maioria dos barraqueiros estava no local de forma ilegal, não possuíam nenhum vínculo com a AMEG e não tinham pago a taxa para a ocupação do espaço durante a festa. Simplesmente chegaram e se alocaram.

Deve-se ressaltar que o capital social não possui uma forma institucionalizada, “o contrato social que sustenta essa colaboração na

comunidade cívica não é de cunho legal, e sim moral”. (PUTNAM, LEONARDIE NANETTI, 2006, p. 192). Ou seja, não há nenhuma regulamentação ou lei que obrigue, nem possa obrigar, à prática da mobilização, seja de indivíduos em associações ou organizações em rede.

Contudo Evans (1997) defende que o capital social pode ser criado por meio da ação governamental, que pode e deve interagir de modo a aprimorar seus esforços pelo desenvolvimento e gerar uma sinergia socio-estatal.

Entretanto, diante dos relatos dos entrevistados e pela análise documental feita, constatou-se que o poder público pouco buscou comportar-se como ator ativo em estabelecer e estreitar estas relações.

Ao analisar esta cadeia de relações sociais estabelecidas pelo elo de seus interesses na Festa das Neves, percebeu-se que não há, com exceção dos editais enquanto norma legal estabelecida, a necessária presença combinada de “obrigações e expectativas, que dependem da confiabilidade do ambiente social, capacidade de fluxo de informações da estrutura social e normas acompanhadas de sanções” (COLEMAN 1998, p. 119), para promover e incentivar o surgimento de capital social. Afinal, a partir dos dados levantados sobre a organização da Festa das Neves, quase nada propicia ou indica esta condição.

Pode-se dizer que existem algumas razões fundamentais para a falta de atividade associativa capaz de modificar a situação conturbada no processo de organização da festa, e contribuir para a formação, ao menos incipiente, de capital social. São elas: a falta de conhecimento e de interesse por parte dos comerciantes sobre a existência das associações; a falta de mobilização dessas associações nas questões que envolvem os

comerciantes e seus direitos e obrigações, também, no que diz respeito à sua participação na festa, e; a pouca presença do setor público como condutor de um processo que permita maior sinergia entre os atores. Essas mesmas razões falam em favor de ausência ou de incidência muito precária do correspondente capital social vinculado à Festa das Neves.

A falta de uma mobilização mais ativa dos atores não condiz com a própria importância que os comerciantes que ali atuam atribuem à Festa. Praticamente todos os entrevistados disseram que a festa significava uma fonte geradora de renda extra. Essa importância econômica já tinha sido retratada no artigo de Silva e Silva, no qual se atribui um sentido ao surgimento do lado profano.

(...) o lado profano da festa das Neves surge como forma de concentrar, em uma porção do espaço, as atividades comerciais e de serviços. Como consequência, atrai pessoas e promove uma dinamicidade, inclusive a de força de trabalho, pela presença de barraqueiros e ambulantes (SILVA E SILVA, 2013, p. 180).

Essa afirmação é representativa do que ocorre com a Festa nos dias atuais, considerando os resultados obtidos neste trabalho. De acordo com os comerciantes, o ganho deles nunca é o mesmo, varia de ano para ano, no entanto, os valores estipulados por eles variaram entre 100,00 a 2.000,00 reais por dia. Vale destacar que segundo eles, o ganho vem diminuindo no decorrer dos anos, mas a este respeito deve se apontar que esta é uma expressão corriqueira da população em geral, não necessariamente verdadeira nem com sentido claro.

Grande parte dos comerciantes, 68%, vive exclusivamente da renda que obtém dos parques de diversão, não só no período da festa,

mas também transitando em festas similares em outras cidades. Do total, 14% possuem pontos fixos em outros lugares da cidade e se deslocam para aproveitar o período da festa, 5% dos entrevistados afirmou exercer outras atividades nos demais meses do ano e outros, enquanto 10% disse que ali é sua única fonte de renda no período. Durante os 5 dias de comemorações profanas, os ambulantes começam a abrir suas barracas por volta das 14 horas e ficam até as 24 horas, totalizando 10 horas consecutivas de trabalho.

Nas entrevistas feitas, os que afirmavam ganhar mais eram os ambulantes que trabalhavam com comida e os parques de diversões, enquanto que os que indicavam um patamar inferior vendiam brinquedos, inclusive um deles chegou a afirmar que no próximo ano não iria mais trabalhar na Festa. Apesar disto, foi percebido que para quem trabalha no comércio ambulante, a festa contribui de forma significativa na renda de aproximadamente 200 famílias que nela trabalham, ao menos durante o período correspondente.

Não existem dados estatísticos seguros sobre a movimentação que a comemoração mobiliza. A Secretaria de Turismo de João Pessoa – SETUR/JP fez uma pesquisa, na edição de 2013, que teve o objetivo de estimar impactos econômicos, colher informações sobre as características dos participantes, sua cidade de origem, se era a primeira viagem e o gasto médio na festa relativo a alimentação, transporte e diversão. Como resultado, a SETUR apresentou uma estimativa de 50.000 participantes, os quais teriam gasto um total de 40 milhões de reais, distribuídos quase igualmente entre as rubricas alimentação, transporte e diversão. Por outro lado, estimou em 15% a presença de

participantes provenientes dos municípios vizinhos de Bayeux, Cabedelo e Santa Rita (SETUR, 2013). Não foi realizada outra pesquisa do tipo, o que impede comparações no tempo e também verificar a situação delineada pelos ambulantes e apresentada nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os anos, tradicionalmente, nos dias de 1 a 5 de agosto, acontecem na capital paraibana, João Pessoa, as comemorações profanas da Festa da Neves, em meio às celebrações religiosas iniciadas praticamente um mês antes e que movimentam em média 50 mil pessoas. Durante esses dias, as pessoas se divertem nos parques de diversões, saboreiam petiscos, doces e outros alimentos tradicionais, e ainda acompanham apresentações de cantores e grupos culturais da região. A festa tem sua importância econômica, a partir do momento em que mobiliza comerciantes e ambulantes que veem nela uma possibilidade de melhorar sua renda, contudo a pesquisa não possibilitou detectar até que ponto a geração de renda por ela propiciado repercute no desenvolvimento local. Para tanto seriam necessários estudos com um espectro maior de informantes e com questões mais específicas sobre a renda auferida e sua utilização.

Ao se tentar verificar até que ponto o planejamento da festa propicia e agrega uma participação mais efetiva das organizações representativas do comércio ambulante, já que é este o grupo que vê na festa uma oportunidade a mais de trabalho, os resultados não foram animadores. Principalmente porque no processo organizativo não existe

nenhuma parceria entre a Igreja, os órgãos públicos responsáveis pelos festejos profanos e os representantes do comércio ambulante. A exceção, por certo irrelevante, fica por conta daquela representada pelo ato de assinatura do TAC em 2016, que atuou mais como um ordenamento legal sobre as regras que deveriam ser seguidas do que como um instrumento moral que conduzisse a alguma mudança de comportamento. Aliás, neste sentido a atuação estatal agiu muito mais no sentido de impor do que no sentido de compartilhar interesses, já que não contou com a participação das representações da comunidade mais interessada, o comércio ambulante.

À mesma conclusão se chega ao examinar a atuação da SEDURB, que pouco estabeleceu possibilidades de uma colaboração mais ativa destes atores. A estrutura da organização da festa feita a partir dos editais possibilita uma maior participação, a posteriori, de qualquer indivíduo que queira ali trabalhar. Contudo, estas normas, acompanhadas de sanções não são suficientes para dar à organização da festa resultados mais eficazes quando não são acompanhadas de um fluxo de informações que permita estreitar as relações entre o poder público e as demais organizações, principalmente aquelas de representação social. Este quadro permite observar que esta parcela da comunidade local, os ambulantes, tem uma participação inexpressiva no planejamento e execução da Festa das Neves, seja em sua forma organizada ou individualmente, o que repercute bem pouco em termos de capital social que se reverta em benefícios para esta coletividade.

Apesar do trabalho ter identificado duas associações do comércio ambulante, a AMEG e a ASSTRAM-JP, é notório o desconhecimento

destas por parte da maioria dos ambulantes entrevistados. Como aqui o capital social é visto como resultado da ação de uma coletividade, proveniente da cooperação e confiança de cada indivíduo dentro da rede de relações, também é aqui que se percebe o pouco ou o quase nada da presença de forças que mobilizem este capital.

Contudo, o capital social pode ser desenvolvido se for incentivado, mesmo que essa missão não seja fácil, porém é possível e acompanha o amadurecimento da democracia. As associações existem e devem agir no sentido de uma maior mobilização no que diz respeito à organização da festa e não apenas em aspectos formais e pontuais. De maneira conclusiva, se forem creditadas as vantagens do capital social e os benefícios das redes de relacionamentos ao planejamento turístico local, ficariam evidentes as possibilidades de uma distribuição de renda mais igualitária e de uma população mais satisfeita. Mas, para isso é indispensável uma atuação efetiva do setor público em parceria com a comunidade local, para que só então o capital social se forme e consolide, podendo vir a contribuir para o desenvolvimento econômico e social da localidade, no caso, da cidade de João Pessoa.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, M. **Capital Social: teoria e prática**/orgs. Marcello Baquero, DejalmaCremonese. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

BOCK, I. A. A.; MACKE, J. Capital Social e Desenvolvimento de Redes Colaborativas: um estudo de caso sobre o Grupo Gestor do Turismo Rural do Rio Grande do Sul – RS, Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v.8, n.1, 2014.

BORBA, J; SILVA, L. L. Sociedade Civil ou Capital Social? Um balanço Teórico. In: BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma (orgs), **Capital Social: teoria e prática**. Ijuí: ed. Unijuí, 2006.

COLEMAN, J. Social Capital in the Creation of Human Capital. **The American Journal of Sociology**, v. 94, 1998.

CREMONESE, D. Insularismo e Cordialidade: Uma análise das mazelas políticas do Brasil. In: BAQUERO, M; CREMONESE, D. (orgs.), **Capital social: Teoria e prática**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006. p. 71-101.

ENDRES, A.V. Turismo e o desenvolvimento local: o capital social e as redes de políticas públicas em foco. In: FIGUEIREDO, Silvio; AZEVEDO, Fransualdo; NOBREGA, Wilker. (orgs.) **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: NAEA, 2015.p 228-308.

EVANS, P. **State-Society Synergy: Government and Social Capital in Development**. Berkeley: University of California, 1997.

FERNANDES, A. S. A. O capital social e a análise institucional e de políticas públicas. **RAP**. Rio de Janeiro, 2002. p.375-398.

FERRAREZI, E. Capital social: conceitos e contribuições às políticas públicas. **Revista do Serviço Público**. 54, n. 4, 2003.

FIALHO, F. M. **Capital social: usos e definições do conceito nas ciências sociais**. PAD/PRMBH. 2003. Disponível em: <https://www.academia.edu/1365878/Capital_Social_usos_e_defini%C3%A7%C3%B5es_do_conceito_nas_Ci%C3%A2ncias_Sociais>. Acesso em: 25 set. 2016.

FREY, K. Capital social, comunidade e democracia. **Política & Sociedade**. N. 2, 2003. p. 175-187.

G1 PARAÍBA. **Montagem de barracas para a Festa das Neves gera tumulto em João Pessoa**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/08/montagem-de-barracas-para-festa-das-neves-gera-tumulto-em-joao-pessoa.html>> Acesso em: 12 out. 2016.

GRANOVETTER, M. Acção económica e estrutura social: O problema de incrustação. In: PEIXOTO, João; MARQUES, Rafael (Orgs.), **A nova sociologia económica**. Oeiras: Celta Editora, 2003. p. 69-102.

GUILHERME, F. S. **A Festa das Neves e o Capital Social**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2016. (Monografia de Graduação em Turismo).

HIGGINS, S. S. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argos, 2005.

LEAL, W. **Memorial da Festa das Neves**. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1992.

LOUREIRO, I. M. A festa religiosa no espaço urbano. In: **V Encontro Nordestino de História/V Encontro Estadual de História**, 2004, Recife. Anais eletrônicos... Recife: UFPE, 2004. Disponível em: <<http://pe.anpuh.org/resources/pe/anais/encontro5/10-hist-cidade/Artigo%20de%20Isabel%20Moura%20Loureiro.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA. **TAC que disciplina a 'Festa das Neves 2017' é assinado**. Disponível em: <<http://www.mppb.mp.br/index.php/noticias-android/92-meio-ambiente/4140-tac-que-disciplina-a-festa-das-neves-2017-e-assinado>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

NUNES, M. R. O; SANTOS, K. M; AZEVEDO, F. F. Turismo e capital social: uma aproximação teórica e conceitual. **Pasos**. Islas Canarias, v.12, n.2, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Edital Festa das Neves 03/2016**. 2016. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2016/07/edital-festa-das-neves-03-2016.pdf?bbc5e7>>. Acesso em: 4 out. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Edital Festa das Neves 04/2016**. 2016.

PUTNAM, R. D.; LEONARDI, R.; NANETTI, R. Y. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SECRETARIA DE TURISMO. **Números da Festa das Neves**. DPTI/SETUR/PMJP. 2013.

SILVA, I. C.; SILVA, A. B. O tempo sagrado da festa profana: reflexões sobre a Festa das Neves na cidade de João Pessoa – PB. In: **OKARA: Geografia em debate**. Vol. 7, N.1 (2013). Disponível em: <<http://www.okara.ufpb.br/ojs/index.php/okara/article/view/15213>> Acesso em: 10 ago. 2013.